

# Sumário

Prefácio.....	XI
Introdução.....	1
<b>1 Tutela Penal de Bens Jurídicos à Luz da Constituição Federal de 1988.....</b>	<b>5</b>
1.1 Direito Penal a partir de um Estado Democrático de Direito .....	9
1.2 Princípios Constitucionais Penais.....	12
1.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	12
1.2.2 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	15
1.2.3 Princípio da legalidade.....	20
1.2.4 Princípio da intervenção mínima (fragmentariedade e subsidiariedade) .....	23
1.2.5 Princípio da lesividade/ofensividade .....	25
1.2.6 Princípio da responsabilidade pessoal e da culpabilidade .....	26
1.2.7 Princípio da humanidade.....	29
1.2.8 Princípio da proporcionalidade e sua dupla face.....	30
1.2.9 Princípio da individualização da pena .....	34
1.3 Bem Jurídico-Penal.....	37
1.3.1 Escorço histórico e conceitos .....	39
1.3.2 Funções.....	43
1.3.3 Critérios de eleição: dignidade penal, necessidade de tutela e danosidade social.....	45
1.3.4 Identificação da tutela penal por mandados de criminalização e discricionariedade legislativa .....	48
1.3.5 Bens jurídicos individuais e universais .....	54
1.4 Tutela Penal conforme a natureza do Bem Jurídico.....	57
1.4.1 Tutela penal repressiva dos bens jurídicos individuais .....	57
1.4.2 Tutela penal preventiva dos bens jurídicos supraindividuais.....	59
1.4.2.1 Sociedade de risco .....	59
1.4.2.2 A imputação penal antes da ocorrência do dano .....	61
1.4.2.3 A pena orientada pela prevenção .....	67

1.4.2.4 Instrumentos preventivos de política criminal.....	72
<b>2 Criminalidade Econômica .....</b>	<b>75</b>
2.1 A Ordem Econômica como um Bem Jurídico Supraindividual.....	75
2.1.1 Definição .....	75
2.1.2 O desenvolvimento econômico: de Estado interventor para incentivador .....	77
2.1.3 A guarida constitucional de 1988: fundamentos e objetivos .....	81
2.1.4 Princípios da ordem econômica .....	85
2.2 Aspectos Principais da Criminalidade Econômica.....	88
2.3 Legitimação da Intervenção Penal e o Direito Penal Econômico.....	94
2.4 Dos Crimes em Geral contra a Ordem Econômica .....	98
2.4.1 Crimes contra o sistema financeiro nacional.....	99
2.4.2 Crimes contra a ordem tributária .....	101
2.4.3 Relações de consumo.....	103
2.4.4 Lavagem de capitais.....	105
2.4.5 Fraude e corrupção organizacional .....	108
<b>3 Criminal Compliance .....</b>	<b>113</b>
3.1 <i>Compliance</i> e <i>Criminal Compliance</i> .....	113
3.2 Desenvolvimento Histórico .....	117
3.2.1 Autorregulação regulada.....	117
3.2.2 Governança corporativa.....	123
3.2.3 Legislações.....	130
3.2.3.1 No estrangeiro .....	131
3.2.3.2 No Brasil.....	136
3.3 Deveres de <i>Compliance</i> .....	140
3.4 Dos Programas de <i>Compliance</i> .....	145
3.4.1 Prevenção, detecção e reação.....	146
3.4.2 Pilares .....	149
3.4.2.1 Cultura do cumprimento e estabelecimento de objetivos empresariais (códigos de ética e de conduta) .....	150
3.4.2.2 Avaliação e controle de riscos ( <i>risk assessment</i> e <i>due diligences</i> ).....	154
3.4.2.3 Delimitação dos âmbitos de competência.....	156
3.4.2.4 Sistemas internos de comunicação .....	158

3.4.2.5 Sistemas de supervisão e sanção .....	160
<b>4 Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: Pautas para a sua</b>	
<b>Adoção no Direito Brasileiro .....</b>	<b>163</b>
4.1 Amparo Constitucional .....	165
4.2 A Necessidade de Codificação para o Controle Adequado da	
Criminalidade Empresarial e a Efetividade do <i>Compliance</i> .....	169
4.3 Modelos de Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	175
4.3.1 Heterorresponsabilidade .....	175
4.3.2 Autorresponsabilidade .....	177
4.3.3 Análise de alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros .....	180
4.3.4 A evolução do modelo espanhol como referência	
para o Brasil .....	182
4.4 Proposta de um Modelo de Responsabilidade Penal da Pessoa	
Jurídica para o Brasil: Fundamentos Dogmáticos e Político-Criminais ....	187
4.4.1 A pessoa jurídica como agente de delitos.....	187
4.4.2 Ação da empresa no sistema de imputação penal .....	190
4.4.3 Culpabilidade corporativa.....	195
4.4.3.1 Avaliação da culpabilidade através dos programas	
de <i>compliance</i> .....	198
4.4.3.2 <i>Compliance</i> e as condições para exclusão de culpabilidade	
ou redução de pena .....	200
4.4.4 Sanções penais.....	202
4.5 Imputação Individual na Criminalidade Empresarial.....	207
<b>Conclusão .....</b>	<b>213</b>
<b>Referências .....</b>	<b>219</b>